

A videira, a rama e a flor

A sabedoria materna medieval e suas fontes segundo o abade

Guiberto de Nogent (c.1055-1125)

Carlile Lanzieri Júnior¹

Resumo: Conhecido por suas crônicas acerca dos violentos acontecimentos da Comuna de Laon (1112), o abade Guiberto de Nogent nos chama atenção para aspectos pouco explorados na historiografia sobre ele produzida: como foi a formação deste homem? Quais foram seus mestres? Neste breve trabalho, analisaremos as bases filosóficas sobre as quais ele construiu a imagem de sua mãe, para nós, a primeira referência que encontrou para sua gênese moral e intelectual. Em um segundo momento, buscaremos entender como Guiberto introduziu esta mulher em uma longa tradição de mães cristãs que se mostraram importantes para a salvação de sua prole.

Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos ferozes. Pelos seus frutos os reconheceréis. Por acaso colhem-se uvas de espinheiros ou figos dos cardos? Do mesmo modo, toda árvore boa dá bons frutos, mas a árvore má dá frutos ruins. Uma árvore boa não pode dar frutos ruins, nem uma árvore má dar bons frutos. É pelos seus frutos, portanto, que os reconheceis (Mt 7, 15-20)

Assaz conhecido pela crônica escrita a respeito dos violentos acontecimentos da Comuna de Laon (1112) e detalhadas lembranças infantis, todas eternizadas em *Monodiae* (1115), há muito o abade Guiberto de Nogent nos chama atenção para aspectos pouco explorados na historiografia sobre ele produzida: como foi a formação ética e intelectual deste homem? Quais foram seus mestres e leituras de referência? O que intencionava ensinar com o que lançou no papel?

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CNPQ. E-mail: lanzierijunior@uol.com.br. Orientador: Professor Dr. Roberto Godofredo Fabri Ferreira.

Neste breve trabalho, analisaremos os prováveis pilares morais e filosóficos nos quais Guiberto construiu a imagem de sua mãe, para nós, o primeiro e mais vital norte de orientação que ele descobriu para sua gênese moral e intelectual. Concomitantemente, procuraremos entender a maneira pela qual este abade introduziu esta mulher em uma longa tradição de mães cristãs que se mostraram importantes para a salvação de sua prole.

*

Ao descrever aquela que lhe deu à luz, Guiberto de Nogent a alçou a altos patamares de vida cristã: uma mulher nobre, porém, casta e temente a Deus. Ela não era uma teóloga letrada, mas descobriu na prática como seguir os desígnios cristãos (MULDER-BAKKER, 2005, p. 36). Das palavras de Guiberto sobre essa mulher, destacamos a forma como descreveu a beleza que ela portava: uma beleza com atributos físicos, mas cuja essência era outra.

Querido Deus, eu declarei que estou agradecido a Ti por teus benefícios. Primeiramente, agradeço por ter me dado uma mãe que é bela e ainda casta e modesta, preenchida com o medo do Senhor. Mencionar sua beleza sozinha seria o mesmo que profaná-la e ridicularizá-la, se eu não colocasse (para demonstrar a futilidade da palavra "beleza") que a severidade de seu aspecto era uma prova de sua castidade. Para pessoas pobres, que não têm escolha a respeito de sua comida, jejum é realmente uma forma de tortura menos louvável. Ao considerarmos que quando pessoas ricas abstêm-se de comida, seu mérito é derivado de sua abundância. Então, é com beleza, que é tudo de mais louvável, que ela resiste à bajulação, mesmo sabendo que é desejável (GUIBERTO DE NOGENT, *Monodies*, livro I, cap. 2).

Se a beleza do corpo primeiramente encanta o olhar, é a da alma que permanece e eleva quem a porta. De acordo com Guiberto de Nogent, sua mãe fez a exata distinção entre aquilo que era bom para o espírito e o que apenas satisfazia as veleidades corporais. Com mestria intuitiva, ela preferia o que era melhor para a salvação. Como não teve formação acadêmica esmerada, procurava no dia-a-dia outras formas de servir a Deus: penitente, ela se esquivava do conforto e fartura alimentar.

O desejo de abster-se do que era considerado mundano para melhor servir a Deus é um tópos nas fontes de então. Contudo, seu significado maior não era apenas ser pobre, mas fazer-se obediente, humilde, fraterno e submisso (SILVA, 2005, p. 26). Entre leigos, como a mãe de Guiberto de Nogent, jejum e martírio converteram-se em expressões de louvor, obediência e humildade cristãs (VAUCHEZ, 1995, p. 49-54). Porém, antes de prosseguir, façamos uma breve viagem pelas possíveis reminiscências filosóficas no texto deixado por Guiberto em *Monodiae*. Começemos pelo mundo antigo.

Em *O Banquete*, Platão (427-347 a.C) definiu o que era a suma beleza. Na concepção platônica, a beleza habitava na boa forma dos corpos, mas esta não era sua única nem máxima expressão. Para ele, a verdadeira natureza do belo residia no interior do corpo, e se expressava nas virtudes de quem a detinha. Assim, ela estava nos homens de intelecto e espírito superiores, capazes de manifestar virtudes pela disposição de obrar pelo bem.

[...] a beleza em qualquer corpo é irmã da que está em outro, e que, se se deve procurar o belo na forma, muita tolice seria não considerar uma só e a mesma a beleza em todos os corpos; e, depois de entender isso, deve ele fazer-se amante de todos os belos corpos e largar esse amor violento de um só, após desprezá-lo e considerá-lo mesquinho; depois disso a beleza que está nas almas deve ele considerar mais preciosa que a do corpo, de modo que, mesmo se alguém de uma alma gentil tenha todavia um escasso encanto, contente-se ele, ame e se interesse, e produza e procure discursos tais, que tornem melhores os jovens; para que então seja obrigado a contemplar os belos nos ofícios e nas leis, e a ver assim que todo ele tem um parentesco comum, e julgue enfim de pouca monta o belo no corpo [...] (PLATÃO, *O banquete*, 210b).

No amor, na amizade, na bondade: nesses lugares, imiscuía-se a beleza criada pela mente de Platão. Admirador e discípulo confesso das idéias platônicas, Plotino (c.205-270) foi outro pensador do mundo antigo que escreveu sobre o belo e o saber imperioso para percebê-lo. Como aquele que admirava, Plotino

afirmou que nem todos os homens estavam capacitados para ver a legítima beleza: os de alma chã viam meros simulacros desta.

Por ser elevada, a beleza plotiniana não era vista com a restrita percepção humana, mas com um dom maior: a sabedoria contida em seres preenchidos pela aspiração do que era sumamente bom. Com efeito, Plotino confiava que somente os capazes de promover o bem e justiça desfrutariam desse dom, concretizado em uma pureza que não macula a visão e que permite enxergar a plenitude transcendental do belo.

Como Bem, ele é desejado e o desejo tende para ele; mas só o alcançam aqueles que se elevam à região superior e se despojam das vestes que colocaram em sua descida – como aqueles que sobem em direção aos santuários dos templos devem se purificar, deixar de lado suas antigas vestes e subir sem elas – até que, tendo abandonado nessa subida tudo o que é estranho a Deus, vejam, sozinhos, em seu isolamento, simplicidade e pureza o Ser do qual tudo depende, para o qual todos olhares se dirigem, do qual provêm o ser, a vida e o pensamento, pois ele é a causa da Vida, da Inteligência e do Ser [PLOTINO, *Tratado das Enéadas (Sobre o belo, VII)*].

Na acepção de Santo Agostinho de Hipona (354-430), o despojamento das “vestes da descida” para obtenção dessa faculdade espiritual plotiniana foi uma conquista gradual. Quando se desvencilhou dos vícios da juventude e se transformou pela luz do cristianismo, Agostinho, atento às pegadas dos filósofos que o precederam, compreendeu o quantourgia se desamarrar das efemeridades carnis para enxergar a profundidade do belo que não era deste mundo, mas do universo supralunar que pertencia à grandeza de Deus. Essas foram as etapas decisivas na conversão de Agostinho:

Ignorando tudo isso, eu amava as belezas terrenas e caminhava para o abismo, dizendo a meus amigos: “Amamos por acaso algo que não seja o belo? E o que é belo, o que é a beleza? O que é que nos atrai e nos liga aos objetos que amamos? Se não tivessem harmonia e encanto, não seriam atraídos.” Eu via e observava, então, que, num corpo, uma coisa é a beleza no seu todo, e a outra é sua sintonização com os outros corpos, e isso é a harmonia, tal como a parte em relação ao todo, o calçado em

relação ao pé, e coisas semelhantes (SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, livro, IV, cap. 13, 20).

Desde a adolescência, ardi em desejos de me satisfazer em coisas baixas, ousando entregar-me como animal a vários e tenebrosos amores! Desgastou-se a beleza da minha alma e apodreci aos teus olhos, enquanto eu agradava a mim mesmo e procurava ser agradável aos olhos dos homens (SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, livro II, cap. 1, 1).

O imo das concepções antigas de uma beleza acima da limitada compreensão humana conservou-se em Agostinho. Para ele, a beleza das formas concretas convidava os sentidos ao deleite sensual. Porém, o genuinamente belo degradava-se quando os humanos baixavam os olhos e voltavam corações e mentes para as imperfeições dos encantos passageiros dos saberes de seus iguais.² Aos de espírito ignóbil, como ele um dia foi, a beleza seduzia, mas enganava: por não ser completa, não era plena, portanto, não conduzia à sabedoria.

Essa inquietação agostiniana diante dos males que a existência mundana produz nos humanos foi assunto recorrente entre outros autores medievais. Não é nosso propósito falar de todos. No entanto, destacamos mais um: o filósofo e poeta romano Boécio (480-524). Em *A consolação da filosofia*, Boécio sintetizou em um diálogo imaginário com a Filosofia o quanto o brilho espiritual cristão era conspurcado quando os homens não percebiam em si a nobreza de suas almas, por simplesmente não fazerem o movimento de busca interior.

Se procurarmos seriamente a verdade / E não desejamos ser enganados / Devemos deixar brilhar em nós nossa luz interior / Concentrar os amplos movimentos do pensamento / E aprender da alma aquilo que ela colheu do exterior / Ela já possui a verdade, guardada secretamente nela. Aquilo que antes recobria a negra nuvem do erro / Brilhará mais claramente que o próprio Febo / Pois a alma não pode /

² "Os pecados iludem as almas quando elas, ao procurarem o verdadeiro, negligenciam a Verdade, por amarem mais as obras do que o Artífice e sua Arte. São punidos os homens por esse erro que consiste em tomar as obras pelo Artífice e a Arte" [SANTO AGOSTINHO, *A verdadeira religião* (A salvação pela razão, cap. 36, 67)].

resplandecer com todo o seu brilho / Porque o corpo, com sua matéria, deixou-a cair no esquecimento (BOÉCIO, *A consolação da filosofia*, III. 22).

Ao longo dos séculos que englobam o fim da Antigüidade (séculos IV-VI) e a Idade Média Central (séculos XI-XIII), a percepção da sabedoria como enaltecadora do belo em sua dimensão espiritual, assim como outros conceitos filosóficos, ecoou no pensamento cristão e ganhou contornos ascéticos entre os monges dos séculos XI e XII. Muitos entendiam que para se viver sábia e corretamente era mister pautar-se em Cristo, homem pobre e austero, que se dedicou às boas obras e se entregou obediente a seu destino (COLOMBÁS, 1993, p. 23- 35).

*

Ao adentrar no século XII, uma vez mais, ganhamos a companhia do abade Guiberto de Nogent. Viver ao lado de uma mãe tão devotada à religião e aos dons do espírito foi uma experiência marcante para Guiberto. Ao confrontarmos extratos de *Monodiae* com outra obra deste autor, descobrimos variadas situações em que os contatos entre mãe e filho foram descritos. Através dessas histórias e do que ele disse sobre a própria genitora, deslindamos a seguinte indagação: o caráter e a religião de uma mãe eram essenciais para a orientação cristã da prole, fosse ela biológica ou não?

Em primeira instância, se considerarmos o que Guiberto falou de sua mãe, o crescente culto mariano de então e traços da tradição judaica da qual o cristianismo era herdeiro, sem dúvida, a resposta é positiva. Contudo, confiamos que existe um algo a mais, pois o pensamento de Guiberto não era tão direto. Antes de qualquer análise conclusiva, vejamos um pouco mais o que ele escreveu e outros aspectos da longa tradição na qual mergulhou.

Em *Dei gesta per francos* (c.1109), Guiberto dissertou a respeito do Duque Godofredo (1058-1100), filho do conde da Bolonha, e sobre os irmãos dele:

Eles tinham um pai poderoso, que era competente em questões mundanas, e a mãe deles, se eu não estiver enganado, uma conhecida aristocrata da Lotaríngia, mas que muito se destacou por sua inata serenidade e grande devoção a Deus. As dádivas que ela recebeu por filhos tão exemplares eram obras, nós acreditamos, de sua profunda crença religiosa (GUIBERTO DE NOGENT, *Dei gesta per francos*, livro II, 12).

Destinada a descrever eventos e personagens da Primeira Cruzada (1095-1099), Guiberto de Nogent elaborou esta crônica a partir de relatos secundários, quase uma década depois das conquistas militares cristãs na Terra Santa (RUNCIMAN, 2002, p. 104). Guiberto não testemunhou os eventos em solo oriental, porém, a ênfase do que narrou recaiu sobre questões espirituais relacionadas aquele acontecimento (LAPINA, 2009, p. 242).

Nas páginas de *Dei gesta per francos*, Godofredo foi exposto como um homem nobre e destemido. Para justificar os elogios, Guiberto valeu-se da genealogia deste personagem: filho de um pai poderoso e uma mãe cristã exemplar, ele não era diferente. Até aqui, a simples lembrança do modelo mariano explica a teoria que imaginamos suscitada nas palavras do abade de Nogent: mãe boa, filho bom.

A certeza de que mães boas geravam e nutriam filhos probos e fortes não eram criações medievais: algumas de suas características centrais nos remetem ao Antigo Testamento. No *Gêneses*, Sara, a esposa idosa do patriarca Abraão, foi aduzida com as feições de boa mãe cristã: ela foi instrumento passivo da ação divina. Do ventre matriarcal até então infértil de Sara, nasceu Isaac, que, segundo as reminiscências bíblicas, ergueu a nação hebraica. Isaac casou-se com Rebeca, que, como Sara, deu à luz homens que formaram outras nações (Gn 18, 9-16; 25, 19-23; 21, 1-7).

No *Novo Testamento*, o evangelista Lucas falou de Isabel, prima da Virgem Maria e esposa do sacerdote Zacarias. Da mesma forma que Sara, Isabel concebeu por determinação divina, após anos de infertilidade (Lc 1, 11-25). Mais uma vez, obediência e castidade foram aspectos aventados no caráter

dessa mulher. Isabel gerou João Batista, homem que batizou Jesus nas águas do Jordão. Contudo, é na *Primeira Epístola a Timóteo* que se evidenciou o componente final que embasou toda a argumentação cristã sobre o papel feminino na salvação dos humanos. Eva pecadora sim, mas Madalena arrependida, a mulher era igualmente responsável pelo desfecho positivo da vida neste mundo (DALARUN, 1993, p. 47-53).

Não permito que a mulher ensine, ou domine o homem. Que conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade (1 Ti 2, 12-15).

Na patrística cristã, a imagem de uma boa mãe foi arquitetada por Agostinho. Às gerações subseqüentes, Agostinho legou a história de sua genitora, Santa Mônica, como ideal santificado de mãe cristã que ora pela conversão e salvação de sua descendência (COSTA, 1995, p. 21-29). Pelo engenho mediador de Mônica e incontáveis "mães cristãs", ergueu-se o edifício cristão no Ocidente medieval: antes dos grandes mestres, eram elas que se sacrificavam para ajudar os filhos a darem os primeiros passos no cristianismo.

Depois dessas incursões pelas *Escrituras Sagradas* e Patrística cristã, reputamos as especificidades do discurso monástico dos séculos XI e XII. Consciente da importância de seu cargo, um abade assumia a condição de "mãe" para a comunidade pela qual era responsável. Sem conotação sexual, esse amor de um homem para com os semelhantes, manifestava-se no desejo de bem cuidar e se preocupar com as inconstâncias dos irmãos mais novos que tomavam o hábito monástico (BYNUM, 1982, p. 110-169).

Em função da imaturidade espiritual, diversos noviços não suportavam os rigores do claustro, e o abandonavam após algum tempo de conversão. Situações assim requeriam sensibilidade fraternal e materna do abade. Na *Epístola I*, Bernardo de Claraval (1090-1153) dirigiu-se a Roberto, monge que abandonou a ordem de Cister para viver em uma das casas da ordem de

Cluny. As palavras saudosas de Bernardo trazem elementos que denotam esse “amor materno” comum nos ambientes monásticos dos séculos XI e XII:

Sofro muito porque não te tenho ao meu lado, não te vejo, pois vivo sem ti e, para mim, morrer por ti é viver, e viver sem ti é morrer. Não pergunto por que fostes; o que me dói é que não voltes. Não denuncio as causas de tua partida, mas a dilação de teu regresso. Vem e façamos as pazes; volta e satisfaça meus desejos. Vem, insisto, volta que eu cantarei com gozo: “Fora morto e reviveu; fora perdido e encontrado.” [...] eu te engendrei para a religião com a minha palavra e com o meu exemplo. Alimentei-te depois com leite, eras ainda uma criança e não podias tomar outra coisa. E se houvesse esperado para crescer, eu também teria te dado pão. Ah, quão prematura e intempestivamente desmamaste! (SÃO BERNARDO DE CLARAVAL, *Epístola I*).

A partir de perspectivas apropriadas, lemos o amor bernardiano como um sentimento afetuoso, não sexual, uma vontade de educar contra o mal (MÜNSTER-SWENDSEN, 2006, p. 327-328). Ao nos apropriarmos do conceito filosófico de “amizade” construído por Sêneca (4a.C-65d.C) em *Cartas a Lucílio*³ como elemento comparativo, a chave para a compreensão elevada das palavras de Bernardo nos chega às mãos: o abade de Claraval deu conta de que um amor presente entre aqueles que alimentam amizades sinceras é um sentimento perene, verdadeiro quando cotejado ao que surge entre homem e mulher.

No terceiro e último livro das *Monodiae*, Guiberto de Nogent discorreu sobre a escalada de violência promovida pelo conde Jean de Soissons: homem rude, impiedoso e simpático a heresias e ao convívio com judeus (RUBENSTEIN, 2002, p. 104). Implicitamente, a história familiar de Jean prova o que para nós era um princípio nítido nas certezas de Guiberto: mãe boa, filho bom; do contrário, mãe ruim, filho ruim.

³ “Ao incitar-te insistentemente ao estudo da filosofia estou trabalhando em meu proveito: é que eu pretendo ter um amigo, e não poderei consegui-lo se tu não continuares a cultivar-te como tens feito. Neste momento tens estima por mim, mas ainda não és meu amigo. ‘Que dizes? Então uma coisa não implica a outra?’ Não, são mesmo coisas muito diferentes, porque, se a amizade é sempre proveitosa, o amor pode por vezes ser nocivo” (Lúcio Aneu Sêneca, *Cartas a Lucílio*, livro IV, carta 35, 1).

Assim como o Duque Godofredo, Guiberto era filho de um guerreiro, mas foram as virtudes de uma mãe religiosa que deixaram marcas indeléveis na gênese de seu caráter cristão. Em uma antítese que alicerçou suas convicções, Guiberto asseverou que Jean Soissons era um homem torpe por ser filho de uma mulher não menos inescrupulosa.

[...] sua mãe, entre outros sinais maravilhosos de seu poder, ordenou que a língua de um diácono fosse arrancada de sua garganta e seus olhos retirados. Sem dúvida, a audácia de um parricida a impeliu cometer atos extraordinários. Uma vez, com a ajuda de um judeu, ela envenenou o próprio irmão só porque cobiçava seu condado. Por esse ato, o judeu foi queimado em uma estaca. Algumas horas após cair adormecida naquela noite – depois de comer em excesso na noite do primeiro dia da quaresma –, ela sofreu um golpe paralisante, incorrendo em perda da fala e total incapacitação de seu corpo. O pior de tudo foi que, depois disso, a mãe de Jean nunca mais sentiu o menor sabor de nada pertencente a Deus e viveu como um porco (GUIBERTO DE NOGENT, *Monodiae*, livro III, cap. 16).

Ardilosa, violenta e traiçoeira, com esses adjetivos as mãos do escriba Guiberto de Nogent descreveram a mãe do conde Jean de Soissons. Pela gula, um dos pecados da carne, ela lentamente aproximou-se da morte. Por sua vez, Jean não foi diferente daquela que lhe trouxe a este mundo: cruel e impiedoso, ele não ostentava afeição por assuntos cristãos. De um ventre pecador, o pecado crescia e se multiplicava.

Já no segundo livro de *Monodiae*, Guiberto contou a história de um monge que conheceu no mosteiro de Saint-Germer de Fly. Esse recluso era de origem judaica e somente escapou da fúria dos primeiros cruzados pelas mãos de um nobre chamado Guilherme. Ainda criança, o pequeno judeu foi entregue aos cuidados da mãe desse homem. Sem demora, o jovem foi batizado e educado nos princípios da religião de seus preceptores. De acordo com Guiberto, mesmo com o passar do tempo, Guilherme temia pelo futuro daquele que protegia:

Guilherme temia que os parentes da criança pudessem forçá-lo a adotar novamente seus antigos modos – sem sucesso, muitas vezes tentaram forçá-lo. Então, ele o levou ao mosteiro de Fly. Uma vez na vida monástica, a criança tornou-se muito afeiçoada ao modo cristão de viver. Mostrou entusiasmo em absorver tudo relacionado que se relacionava com conhecimento divino e aceitou toda a disciplina que era requerida dela com tanta calma que recebeu considerável respeito do povo por dominar sua natureza anterior e resistir a todas as tentativas para desviá-la de seu novo modo de vida. Secretamente, o monge designado para guardá-lo como um jovem filho tornou-se seu professor de gramática. Profundamente religioso, ele pensava que um conhecimento genuíno da lei divina era necessário para a evolução da mente de uma criança. O monge se esmerou para ensinar a criança e seus esforços deram frutos. A mente naturalmente limpa do garoto ficava tão afiada a cada dia que, em um lugar conhecido pelo grande número de letrados, ninguém tinha reputação mais luminosa ou inteligente que ele. Ele era um jovem profundamente intuitivo, jamais se mostrava ciumento ou mal-humorado. Sempre amável, tinha predileção especial pela modéstia (GUIBERTO DE NOGENT, *Monodiae*, livro II, cap. 5).

Na dúvida, melhor deixar a ovelha segura e distante da voracidade dos lobos que espreitavam. Assim, o nobre Guilherme confiou o outrora judeu aos monges do mosteiro de Saint-Germer de Fly. Com o auxílio providencial de outros cristãos e também por desejo particular, o rapaz consagrou-se de boa vontade ao monaquismo: nada em seus modos pessoais fazia lembrar a antiga condição religiosa a qual pertenceu.

Assim, na história de um judeu convertido ao cristianismo, Guiberto ofereceu o elemento final de suas convicções: aos olhos deste abade, a liberdade de escolha dos humanos tinha como sustentáculo a boa herança materna. Desta maneira, por vontade própria, mas atenta aos exemplos oferecidos, uma pessoa superava os males que lhe vinham bater à porta. Uma mãe cristã preparava seu filho, e este, quando chamado, responderia segundo os ensinamentos recebidos.

Essa linha de força no pensamento de Guiberto tinha uma etapa derradeira que punha à prova todo um histórico de vida voltado para o cristianismo. Ele confiava no bom senso de cada um, mas essa virtude carecia de orientação

apropriada. No tempo devido, essa liberdade confirmaria se os pilares de uma obra educacional eram sólidos. Com efeito, a ratificação dessa benesse era um rito de passagem para selar o bom resultado da instrução cristã.

Por fim, no entender de Guiberto de Nogent, ser cristão e viver como tal não dependia exclusivamente do sangue de quem gerou, caso contrário, o judeu salvo da morte sobre o qual escreveu jamais se converteria ao cristianismo tão intensa e sinceramente. Ademais, também é crível supor que Guiberto defendesse a idéia de que a sabedoria divina, por intermédio de um cristão, revelava-se à pessoa que a conhecia e aceitava, sem importar o ventre de onde ela veio.

Referências:

Fontes primárias

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2004.

BOÉCIO. *A consolação da filosofia*. São Paulo: Martins fontes, 1998.

GUIBERT DE NOGENT. *Dei gesta per francos et cinq autres textes*. Turnholti: Brepols, 1996.

_____. *Guibert de Nogent: autobiographie*. Edição e tradução: Edmond-René Labande. Paris: Les Belles Lettres, 1981.

LÚCIO ANEU SÉNECA. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. 4ª ed.

PLATÃO. *O banquete*. Rio de Janeiro: Difel, 2006. 4ª ed.

PLOTINO. *Tratado das Enéadas*. São Paulo: Polar, 2000.

SANTO AGOSTINHO. *A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus, 2002.

SAN BERNARDO DE CLARAVAL. *Obras completas: cartas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990. Tomo VII.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 2002.

Fontes secundárias

BYNUM, Caroline Walker. *Jesus as mother: studies in spirituality of the Middle Ages*. Los Angeles: University of California, 1982.

COLOMBÁS, García M. *La tradición benedictina: ensayo histórico (el siglo XII)*. Zamora: Monte Casino, 1993. T. IV, v. I.

COSTA, Ricardo da. "Santa Mônica: a criação do ideal de mãe cristã". In: *Anais do III Congresso Nacional de Estudos Clássicos / IX Reunião da*

Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Rio de Janeiro: *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS), 1995. pp. 21-35.

DALARUM, Jacques. "Olhares de clérigos". In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (dir.). ***História das mulheres: a Idade Média***. Lisboa: Afrontamento, 1993, p. 29-63.

LAPINA, Elizabeth. "Anti-Jewish rhetoric in Guibert of Nogent's *Dei gesta per francos*". ***Journal of Medieval History***. 2009. n. 35 (3). pp. 239-253,

MULDER-BAKKER, Anneke B. *Lives of the anchoresses: the rise of the urban recluse in medieval Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2005.

MÜNSTER-SWENDSEN, Mia. "The model of scholastic mastery in northern Europe c.970-1200". In: RUBENSTEIN, Jay & VAUGHN, Sally N. (eds.). ***Teaching and learning in northern Europe: 1000-1200***. Turnhout: Brepols, 2006. pp. 306-342.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas: a Primeira Cruzada e a fundação do Reino de Jerusalém*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. v. I.

SILVA, Elói Gomes da. *O despojamento em São Bernardo de Claraval e São Francisco de Assis (séculos XII e XIII)*. 2005. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental: séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.